

ENTRE O COLONIZADOR E O COLONIZADO:

a concepção de colonialismo e de relações de poder nas obras de Frantz Fanon,
Albert Memmi e Paulo Freire

BETWEEN THE COLONIZER AND THE COLONIZED:

the concept of colonialism and power relations in the works of Frantz Fanon,
Albert Memmi and Paulo Freire

ENTRE EL COLONIZADOR Y EL COLONIZADO:

el concepto de colonialismo y relaciones de poder en las obras de Frantz Fanon,
Albert Memmi y Paulo Freire

Bruno de Alcântara Conde da Silva

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestrando em História pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – bruno.alcant.conde@gmail.com

*Recebido em:
Aceito para publicação:*

Resumo

Este artigo tem por finalidade melhor explicar os conceitos que envolvem a prática colonial e toda a complexidade do fenômeno da dominação, fundamentando-se num referencial teórico composto por três autores oriundos do sul global, que essencialmente tratam em suas obras a tênue relação entre o colonizado (oprimido) e o colonizador (opressor), cada um com uma abordagem e recorte específico. Primeiramente será abordado os argumentos de Frantz Fanon e de sua obra *Pele negra máscaras brancas* (2008), seguido das reflexões do franco-tunisiano Albert Memmi em seu trabalho *Retrato do Colonizado* precedido de *Retrato do Colonizador* (2007) e por último as ideias do brasileiro Paulo Freire, principalmente em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987) e seu trabalho realizado no continente africano.

Palavras-chave: Colonialismo. Pós-colonial. Colonialidade.

Abstract

This article has for purpose explain the concepts involving colonial practice and all the complexity of the phenomenon of domination, based on a theoretical framework composed of three authors from the global south, who essentially deal in their works with the tenuous relationship between the colonized (oppressed) and the colonizer (oppressor), each with a specific approach and outline. Firstly, the arguments of Frantz Fanon and his work *Black Skin, White Masks* (2008), followed by the reflections of the Franco-Tunisian Albert Memmi in his work *The Colonizer and the Colonized* (2007) and finally the ideas of the Brazilian Paulo Freire, mainly in his work *Pedagogy of the Oppressed* (1987) and his work done on the African continent.

Keywords: Colonialism. Post-colonial. Coloniality.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo explicar mejor los conceptos que involucran la práctica colonial y toda la complejidad del fenómeno de la dominación, a partir de un marco teórico compuesto por tres autores del sur global, que abordan fundamentalmente en sus obras la tenue relación entre los colonizados. (oprimido) y el colonizador (opresor), cada uno con un enfoque y un esquema específicos. En primer lugar, se abordarán los argumentos de Frantz Fanon y su obra *Máscaras blancas de piel negra* (2008), seguido de las reflexiones del franco-tunecino Albert Memmi en su obra *Retrato del colonizado* precedida de *Retrato del colonizador* (2007) y

finalmente las ideas del brasileño Paulo Freire, principalmente en su obra *Pedagogía do Oprimido* (1987) y su obra sobre el continente africano.

Palabras clave: Colonialismo. Poscolonial. Colonialidad.

Introdução

O fenômeno do colonialismo não é uma ocorrência exclusiva da modernidade, tão pouco se restringe a um tempo ou lugar específico, a prática colonial perpassa toda a história da humanidade, que está repleta de exemplos da expansão territorial de povos e sociedades, incorporando e conquistando outros povos. Grande parte dos atuais Estados modernos passaram por algum tipo de domínio colonial durante suas respectivas histórias, sobretudo os oriundos do continente africano, americano e asiático. Na África, por exemplo, com exceção da Etiópia e da Libéria¹ todos os Estados africanos foram colonizados e explorados por potências europeias, cenário que só se modificou com o surgimento das lutas de libertação e posteriormente com as independências. Praticamente todos os países africanos alcançaram suas respectivas autonomias, exceto pelo caso do Saara Ocidental², último território continental africano que ainda não alcançou a independência tendo ainda o status de colônia para com o Marrocos.

Desde o século XIX³ a história do continente africano foi perpassado pelos horrores da colonização, e essa experiência deixou um legado no continente, legado que se perpetuou até a atualidade através de inúmeras marcas na realidade africana, tais como a fome, pobreza, epidemias, conflitos armados, guerras civis, dificuldade em desenvolver-se economicamente e uma certa incompatibilidade de adaptação às estruturas liberais internacionais, fatores que impossibilitam os povos africanos de agirem autonomamente em suas realidades. Para melhor se compreender esse fenômeno, esse artigo se propõe a analisar a complexidade do fenômeno

¹ A Libéria foi fundada e colonizada por ex-escravos retornados dos Estados Unidos da América, iniciada em meados do século XIX na premissa de que os ex-escravos americanos teriam maior liberdade e igualdade nesta nova nação, com isso em 1824 foi criada a colônia da Libéria. Posteriormente em 1847 a Libéria alcançou sua independência, a primeira e mais duradoura do continente africano, fundado a República da Libéria, o primeiro Estado republicano da África, inspirado no governo dos EUA, inclusive nomeando Monróvia como sua capital, homenagem à James Monroe, o quinto presidente dos Estados Unidos e um proeminente defensor da colonização (U.S. Department of State, 2018).

² Refere-se ao país como Saara Ocidental, República Árabe Saaráui Democrática (abreviação: RASD) ou apenas pela nome encurtado República Saaráui.

³ Estima-se que a colonização recente da África iniciou-se com a ocupação das Ilhas Canárias pelos portugueses no início do século XIV e posteriormente no século XV com a ocupação portuguesa de pequenos territórios na costa atlântica do continente africano (WIKIPEDIA, 2019, n.p).

da colonização, seus impactos e consequências aos povos dominados e como se sucede o *modus operandi* colonial tanto na psique do colonizado como do colonizador.

Para isso, considerou-se inicialmente trabalhar com a conceituação e distinção dos termos de colonialismo e dominação colonial, para a partir disto, nos fundamentarmos num referencial teórico composto por três autores oriundos do sul global, que essencialmente tratam em suas obras a tênue relação entre o colonizado (oprimido) e o colonizador (opressor), cada um com uma abordagem e recorte específico. Primeiramente será abordado os argumentos de Frantz Fanon e de sua obra *Pele negra máscaras brancas* (2008), seguido dos argumentos do franco-tunisiano Albert Memmi em seu trabalho *Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador* (2007) e por último as ideias do brasileiro Paulo Freire, principalmente as contidas na obra *Pedagogia do Oprimido* (1987).

Por fim, serão apresentadas as considerações finais e o balanço da presente pesquisa, relacionando o que se conseguiu extrair dos argumentos dos autores estudados bem como suas relações, semelhanças e complementaridades epistêmicas. Também se fará um esforço em expor as limitações desta pesquisa, meios e direcionamentos de se aprimorar estes estudos futuramente.

Marco Teórico-conceitual: Colonialismo e a dominação colonial

O conceito tradicional de colonialismo é normalmente definido, segundo a *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (2017), como sendo “uma prática de dominação que envolve a submissão de um povo a outro”. A etimologia do termo nos fornece uma idéia da origem da prática, o termo colônia vem da palavra latina *colonus*, que significa fazendeiro ou agricultor, essa raiz remete a prática do colonialismo que geralmente envolvia a transferência de populações para um novo território, em que esses colonos se instalaram permanentemente neste novo local, enquanto mantinham lealdade política ao seu país de origem. Como já evidenciado, o colonialismo não é um fenômeno moderno, não se restringe a um tempo ou lugar específico, a história da humanidade está repleta de exemplos da expansão territorial de povos e sociedades, incorporando e conquistando outros povos. Contudo, apenas no século XVI o colonialismo tomou outra proporção devido aos avanços tecnológicos na navegação e consequentemente a supressão das distâncias e conexão de partes mais remotas do globo (KOHN e REDDY, 2017, n.p).

A legitimidade dessa prática colonial, sobretudo no século XIX, também tem um extenso debate e problematização, principalmente pela dificuldade de conciliar os princípios liberais do universalismo e da igualdade com a prática do subjugamento europeu sobre os povos não-ocidentais. Uma maneira de conciliar ou burlar esses princípios aparentemente incompatíveis foi o argumento conhecido como “missão civilizadora”, que sugeria que os europeus tinham uma missão de civilizar por um período temporário essas sociedades “não civilizadas” ou “selvagens”, assim esses povos iriam se desenvolver e avançar ao ponto de serem auto suficientes, capazes de sustentar um Estado moderno com instituições liberais e autogoverno, situação perfeitamente retratada e denunciada na obra de Aimé Césaire, em seu ensaio intitulado *Discurso Sobre o Colonialismo* (1955) (KOHN e REDDY, 2017, n.p.).

Uma das dificuldades de se definir o conceito de colonialismo é que frequentemente ele é confundido ou até usado como sinônimo de imperialismo. Como o colonialismo, o imperialismo também envolve o controle político e econômico sobre um território dependente, a etimologia do termo advém do latim *imperium*, que significa comandar, com isso concebe-se que o imperialismo enfatiza o modo como um país exerce poder sobre outro, seja por mecanismos diretos ou indiretos de controle. Portanto, o emprego do termo colonialismo é frequentemente usado para descrever contextos de ocupação e dominação por uma grande população de residentes permanentes, como na América do Norte, Brasil, Austrália, Nova Zelândia, Argélia e África do Sul. Já o imperialismo descreve casos em que um governo estrangeiro administra um território sem assentamento significativo como, por exemplo a dominação da África pelos europeus no final do século XIX e a dominação estadunidense das Filipinas e de Porto Rico (KOHN e REDDY, 2017, n.p.).

Entretanto, essa distinção entre os dois conceitos não é tão clara na literatura, alguns autores preferem classificar esse fenômeno entre “colônias para colonização” e “colônias para exploração econômica”, enquanto outros usam o termo colonialismo para descrever dominações diretas de um povo por uma nação estrangeira, contrastando com o imperialismo que envolve formas indiretas de dominação (KOHN e REDDY, 2017, n.p.). A confusão do termo também ocorre principalmente devido à forma como o conceito foi evoluindo ao longo da história, antes do século XIX a palavra imperialismo não era comumente utilizada, muito embora desde o início de sua empreitada colonial o Reino Unido já era denominado como “Império Britânico” (YOUNG, 2001).

A compreensão tradicional do conceito de império foi fortemente influenciada também pela análise leninista e posteriormente marxista, em que se compreendia o imperialismo como sendo um estágio histórico do sistema capitalista, fundamentado essencialmente na exploração econômica. O impacto dessa abordagem marxista é aparente na contemporaneidade principalmente no debate sobre o “imperialismo estadunidense”, termo que geralmente se refere a hegemonia econômico-militar dos EUA pós-Segunda Guerra Mundial, independentemente se tal poder é exercido direta ou indiretamente no sistema internacional (YOUNG, 2001).

Com isso, o presente artigo usará o colonialismo como um conceito amplo que se refere ao projeto de dominação política, econômica e cultural europeia entre os séculos XVI e XX que encontrou sua derrocada extinguindo-se parcialmente com os movimentos de libertação nacional e a ocorrência das independências.

Teoria Pós-Colonial, Colonialidade do poder e o Pensamento Decolonial

A teoria pós-colonial se propõe a identificar e criticar a relação antagônica existente entre colonizador (opressor) e colonizado (oprimido) e suas relações de poder, denunciando essa discrepância como um projeto de domínio e exploração. A preocupação inicial dos estudos pós-coloniais, como corrente teórica, foi focada nas décadas de 1970 e 1980, devido às lutas de libertação e independências dos Estados africanos e asiáticos, e tinha como intuito compreender melhor “como o mundo colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador” e também como o inverso se dá, “como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador”. Essas pesquisas seguiram uma trajetória em comum aos estudos culturais críticos à modernidade e ao eurocentrismo e suas consequências para a construção do discurso e das identidades num contexto pós-independência. O pós-colonialismo não bebe da fonte de apenas uma única matriz teórica, sendo muito associada aos trabalhos de teóricos africanistas e orientalistas como Franz Fanon, Albert Memmi, Aimé Césaire, Edward Said, Stuart Hall, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakravorty Spivak (ROSEVICS, 2017, p.188).

Já no final da década de 1980 e começo da década de 1990 o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) deu um novo sentido ao legado do termo colonialismo, introduzindo o conceito de “colonialidade”. Segundo ele, o ideário da modernidade e sua complexa narrativa,

que se originou na Europa e construiu a civilização ocidental a partir da conquista de outros povos, esconde seu lado mais obscuro: a “colonialidade”. A partir daí Quijano denomina como *patrón* colonial de poder ou matriz colonial de poder os quatro pilares da dominação colonial inter relacionadas, são elas: o controle da economia, controle da autoridade, controle do gênero e da sexualidade, e controle do conhecimento e da subjetividade (MIGNOLO, 2011, n.p).

O pensamento decolonial, portanto consiste no esforço analítico para entender e problematizar a manutenção das condições colonizadas buscando a emancipação completa de todos os tipos de opressão e dominação, principalmente no que Quijano chama de “colonialidade do poder”, entendida como a dominação das potências do norte em relação às periféricas no sul, ocorrendo através de uma hierarquização dos povos baseados na diferenciação por meio da raça, etnia, gênero, sexualidade e classe, tendo como objetivo o controle epistemológico desses povos e consequentemente o domínio do trabalho, recursos e produção em prol do capital e do mercado mundial. É importante pontuar também que o termo *decolonial* é utilizado no lugar de *descolonial* em virtude da intervenção de Walter Mignolo para diferenciar os propósitos do grupo de pensadores latino-americanos da decolonialidade do outro grupo que pertenciam às lutas pela descolonização da África e Ásia no período da Guerra Fria (ROSEVICS, 2017, p. 189-190).

Enquanto os pós-coloniais se assemelham mais às correntes de pensamento pós-modernas e pós-estruturalistas, os pensadores decoloniais se aproximam aos teóricos da teoria crítica, contudo, a principal distinção entre os pós-coloniais africanos e asiáticos e os decoloniais latino-americanos é o tipo de colonização que cada um experimentou e consequentemente o legado que a mesma deixou respectivamente em cada região do mundo (ROSEVICS, 2017, p. 189). Os estudiosos frequentemente distinguem esse conceito entre várias formas sobrepostas de colonialismo ou tipos de colonialismo, entre elas comumente diferenciam-se entre colônias para povoamento e colônias para exploração econômica, e ainda se tem a variável colonizador, já que cada estado europeu tinha um método próprio para a prática colonial. A experiência colonial vivenciada pela Ásia e África, por exemplo, esteve mais ligada aos britânicos, franceses e portugueses em sua grande maioria, o que se distingue no tempo e no espaço da ação dos espanhóis e também portugueses na América Latina (ROSEVICS, 2017, p. 190).

Muito embora, tanto a perspectiva pós-colonial quanto a decolonial tenham abordagens diferenciadas, ambas servem ao mesmo propósito de crítica à modernidade e podem ser complementares a fim de servir de instrumento para a compreensão da realidade colonial, e foi justamente essa abordagem escolhida como referencial teórico neste artigo. Para isso será explanado a tese de três teóricos do sul global que abordam justamente dessas relações de poder, são eles: Frantz Fanon, Albert Memmi e Paulo Freire, autores que, cada qual num contexto específico, vivenciaram em sua trajetória a realidade da colonização.

Os pós-coloniais africanistas: Frantz Fanon e Albert Memmi

Frantz Fanon foi um psiquiatra e filósofo, nascido em 1925 em Fort-de-France na Martinica, departamento ultramarino francês no Caribe. Depois de servir no exército francês em sua juventude na Segunda Guerra Mundial, formou-se em medicina e psiquiatria em Lyon, onde escreveu sua tese de doutorado em psiquiatria sobre os efeitos do racismo colonial na mente do colonizado, tese da qual foi recusada por confrontar o pensamento hegemônico positivista vigente na academia à época. No entanto, anos depois ele revisou o texto que utilizou em sua primeira tese rejeitada e o publicou com o título *Peau noire, masques blancs*⁴ (1952), livro que marcaria a história dos estudos sobre raça e racismo nas ciências sociais. Em 1956, Fanon se muda para a Argélia por motivos profissionais, o que lhe proporciona uma importante vivência, fundamental para sua compreensão acerca dos impactos do colonialismo na estrutura psíquica humana (FAUSTINO, 2014, n.p).

Com a deflagração da revolução nacionalista na Argélia e a resposta repressiva da França às frentes de libertação, Fanon renuncia ao seu cargo no Hospital psiquiátrico em que trabalhava para se filiar à Frente de Libertação Nacional (FLN), partido socialista que compôs parte do corpo revolucionário que dirigiu a guerra pela independência argelina. Entre o final da década de 1950 e começo de 1960 Fanon publicou seu último trabalho em vida, *L'An V de la révolution algérienne*⁵ (1959) e postumamente *Les Damnés de la Terre*⁶ (1961), obras que refletem de forma formidável a experiência da luta anticolonial vivenciada pelo povo argelino, resultando na conquista de sua independência em meados de 1962. Sua esposa, a

⁴Pele negra, máscaras brancas, 1952.

⁵*A Dying Colonialism*, 1959 (do original em inglês, sem tradução para o português).

⁶Os condenados da terra, 1961.

argelina Josie Fanon, ainda editou uma antologia de seus escritos póstumos intitulada *Pour la révolution africaine*⁷ (1964) (FAUSTINO, 2014, n.p).

Na obra de Fanon ele traz uma perspectiva sobre o colonialismo e as relações de poder baseando seu argumento primordialmente na sua vivência e no contexto social do qual estava inserido, enfocando num recorte racial e no impacto psicológico do racismo nos indivíduos racializados oriundos dos países colonizados, ainda segundo o autor sua pesquisa seria “uma tentativa de compreensão a relação entre o negro e o branco” (FANON, 2008, p. 27). A obra de Fanon relata as tendências e motivações do que ele chama de “duplo narcisismo”, pelo qual “só uma interpretação psicanalítica do problema do negro pode revelar as anomalias afetivas responsáveis pela estrutura dos complexos”, ou seja, apenas compreendendo como os mecanismos de dominação operam e agem na mente do indivíduo racializado será possível se pensar numa solução para pôr fim a esse círculo vicioso de opressões (FANON, 2008, p. 27).

O grande legado da obra de Fanon aos estudos psicológicos e às ciências sociais de uma maneira geral foi um movimento de reação contra a tendência constitucionalista do fim do século XIX nas diversas áreas do conhecimento. Na psiquiatria em específico com a influência de Freud através da psicanálise, se estabeleceu que se levasse em consideração o fator individual, substituindo-se assim a tese *filogenética* pela perspectiva *ontogenética*⁸, entretanto, Fanon refuta essa premissa argumentando que a alienação do negro não é apenas uma questão individual, mas também social, considerando a perspectiva *sociogenética*⁹. Esse processo exige uma compreensão total dos fatores e atores envolvidos (o negro, o branco e o ambiente colonial do qual eles estão inseridos), encontrando uma solução tanto no plano objetivo como no plano subjetivo para a desalienação do negro através da tomada de consciência das suas respectivas realidades econômicas e sociais (FANON, 2008).

Um contemporâneo de Frantz Fanon e outro importante teórico anticolonial é o intelectual Albert Memmi, de origem judaica e nascido em Túnis, capital da Tunísia em 1921. O autor viveu em uma Tunísia ainda sob domínio francês e experimentou a opressão colonial,

⁷Pela Revolução Africana, 1964.

⁸“A psicologia filogenética ou constitucional é aquela que relaciona o comportamento humano à ‘morfologia’ e à ‘fisiologia’, criando uma correlação entre o perfil corporal e as características psicológicas dos sujeitos”; se opondo a ontogenia que trata da história de um organismo em seu próprio tempo de vida e desenvolvimento, ao contrário da filogenia que se refere à história evolutiva de uma ou mais espécies (FAUSTINO, 2018, p. 151).

⁹“A análise fanoniana do colonialismo relaciona tanto o ‘impacto do mundo social sobre a emergência dos sentidos e identidades humanas’ quanto ‘as situações individuais que se relacionam com o desenvolvimento e a preservação política e social das instituições’” (GORDON, 2015, p. 2 e FAUSTINO, 2018, p. 150).

o que lhe permitiu compreender a complexidade e profundidade dos efeitos psicológicos de um trauma colonial. Estudou na Universidade de Argel e após a independência de seu país em 1956 emigrou para a França e adotou nacionalidade francesa fixando-se na Sorbonne, no ano seguinte ele publica seu mais célebre trabalho, *Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador* (1957), onde o autor franco-tunisiano destrincha a psiquê do opressor e do oprimido relatando os efeitos e interiorização resultantes desses conflitos sociais (MEMMI, 2007).

Ambos os autores vêem no racismo sofrido pelos povos racializados como sendo a ideologia mais arraigada no processo de alienação gerado pela condição colonial, alienação essa que serve como o *modus operandi* colonial. A ideologia colonial tem como propósito dominador sempre deslegitimar a história do colonizado e consequentemente sua cultura e símbolos, apagando sua memória através da doutrinação colonial, e é por intermédio da educação que o sistema colonial reproduz sua ideologia, usada como mecanismos de alienação, supervalorizando tudo e todos oriundos da metrópole e depreciando os povos originários (MEMMI, 2007 e LIPPOLD, 2005, p. 10).

Ao se perceber enquanto indivíduo vivendo na condição de alienado, o sujeito racializado tenta sair dos estereótipos construídos na sociedade colonial, a primeira saída dessa realidade indesejada é a assimilação pela metrópole, alternativa viável apenas as classes mais elevadas dentro da sociedade colonial; a segunda é a revolta contra as classes dominantes coloniais e ao colonizador, alternativa disponível a maior parte da massa dominada já que ela não distingue a quem. Outro fenômeno que se percebe entre esses dois acontecimentos descritos anteriormente, seria uma espécie de “contra mitologia”, um movimento de resistência por meio da estigmatização do opressor, criando uma espécie de “racismo às avessas”, usado como forma de combate às práticas coloniais (LIPPOLD, 2005, p.15).

Portanto, a aversão do negro/árabe contra os europeus não pode ser analisado da mesma maneira que o racismo dos brancos contra os não-brancos. O primeiro caso é uma reação a posteriori à supremacia branca, esse “racismo reverso” do oprimido contra o que lhe pratica a opressão é fruto direto do racismo do opressor, manifestando-se como um movimento de resistência e luta contra a negação de si mesmo, numa ação de empoderamento e auto descoberta. Esse movimento tem por princípio uma negatividade, uma espécie de ressentimento contra o colonizador, uma reação violenta e aversiva à mistificação colonial,

mas tem por objetivo final uma positividade, a recuperação da agência do colonizado e reidentificação com as identidades nativas iniciando o processo de revogação da dignidade humana do colonizado (LIPPOLD, 2005, p. 09).

Como já explanado, a assimilação dentro desse contexto é limitada, tendo em vista que ela em certa medida vai contra as premissas do colonialismo. A demarcação das hierarquias necessita ser mantida, o colonizador recusa-se a assimilar os colonizados a fim de preservar o *status quo* da dominação, com isso, tanto Memmi como Fanon concordam que com a impossibilidade da assimilação a única alternativa disponível é a revolta, que segundo os autores supracitados é a única tentativa realmente eficiente no caminho para a libertação. A revolta violenta então desmistificaria a suposta inferioridade e submissão inata dos povos não brancos e romperia esses laços de dominação (LIPPOLD, 2005, p. 15).

Memmi e Fanon viveram numa conjuntura que se demandava estudos sobre a violência que justificassem sua utilização como meio para acabar com o colonialismo, contexto em que diversos povos colonizados cada vez mais se revoltaram contra os colonos, por meio dessa “contra-violência”. A ação ou efeito de empregar a violência é intrínseca ao colonialismo e a construção do Estado Moderno, pois se baseia essencialmente na expropriação da terra dos nativos, na domesticação da força de trabalho e no genocídio dos povos originários, a violência pode ser velada ou explícita, mas sempre está presente no contexto colonial (LIPPOLD, 2005, p. 16).

Mesmo nos casos de Estados que conseguiram alcançar suas independências de forma relativamente pacífica, os processos de libertação foram um movimento político resultante de lutas e revoltas violentas. Em situações como do Vietnã e da Argélia as metrópoles europeias tiveram que repensar o *trade-off* e chegar a conclusão de se realmente valia a pena continuar com o vínculo colonial, sendo que as revoltas emancipatórias estavam gerando mais prejuízos que os lucros que as colônias geravam. Com isso, os colonizadores europeus decidiram que era mais benéfico para elas cederem as independências, mas de forma controlável e que assegurasse os interesses econômicos da metrópole e estabelecesse as bases de dependência para o posterior neocolonialismo (LIPPOLD, 2005, p. 18).

As obras de Frantz Fanon e de Albert Memmi insere-se não só no contexto das independências africanas, asiáticas e lutas anticoloniais, mas também no movimento chamado à época de “terceiro-mundismo”, tendo bastante influência nos movimentos de negritude afro-americanos e no que hoje é denominado pensamento pós-colonial e decolonial (LIPPOLD,

2005, p. 10). Memmi conheceu Fanon durante a sua estada em Túnis, e proveniente desse contato e do conhecimento prévio da obra de Fanon, Memmi afirmou o seguinte em um artigo publicado em 1971, intitulado *La vie impossible de Frantz Fanon*¹⁰:

Na sua curta vida, Frantz Fanon experimentou pelo menos três fracassos graves. Nascido num departamento francês, acreditava-se francês e branco. Quando foi estudar (na Metrópole), fez a dolorosa descoberta de que na sua pátria era negro das Índias Orientais (Antilhas). Enfurecido, decidiu que não seria nem francês, nem das Índias Orientais, mas argelino: não eram os norte-africanos, como ele, ludibriados e vítimas dessa mesma Metrópole? (MEMMI, 1971, p. 248).

Ambos os autores vivenciaram os horrores do colonialismo e sentiram na pele como esse fenômeno pode ser devastador no psicológico do colonizado. Em seus estudos esses intelectuais destrincharam todos esses processos de dominação, auxiliando o negro, o árabe e todos os povos colonizados e racializados a compreenderem melhor essa construção social. O que seria na ótica de Fanon verdadeiramente o ato de despersonalização e embranquecimento, de vestir a “máscara branca”, em que o sujeito colonizado não quer ser racializado e sofrer racismo, mas por outro lado também não pode ser o universal, não pode ser o branco europeu metropolitano (LIPPOLD, 2005, p. 11).

Posteriormente, o estudo sobre o pensamento de Fanon e Memmi trouxe à tona uma série de questões sobre raça e racismo na sociedade global, questões sobre alienação que se perpetuam até a atualidade, inclusive nestes tempos pós-coloniais. Outra importante contribuição desses autores foi expor como o colonialismo também deixou marcas nas metrópoles, segundo Memmi o colonizador seria a doença do europeu, desfigurando-o, tendo como meta não a negação ou recusa de toda a Europa, mas sim deseja-se apenas que ela reconheça os direitos dos povos colonizados, fazendo um ajuste na relação desses povos com a Europa (MEMMI, 2007).

A perspectiva brasileira: Paulo Freire e a Pedagogia do Oprimido

Paulo Freire foi o mais célebre educador brasileiro, considerado um dos pensadores mais notáveis e influentes na história da pedagogia mundial e do pensamento crítico,

¹⁰ A vida impossível de Frantz Fanon, 1971.

conhecido principalmente pelo seu método de alfabetização de adultos e por desenvolver um pensamento pedagógico assumidamente político com enfoque na libertação por meio da educação. Paulo Freire nasceu em 1921 em Recife, teve formação em direito, mas dedicou sua vida profissional para o magistério. Em 1963 iniciou no município de Angicos no Rio Grande do Norte, o que ficaria conhecido como “Método Paulo Freire”, prática alfabetizadora que se baseava na observação da cultura e linguagem dos alunos e do papel elitista da escola. No ano seguinte Freire coordenou o Plano Nacional de Alfabetização do presidente João Goulart, entretanto, no mesmo ano ocorre o golpe militar em que ele é perseguido e preso acusado de subversão enfrentando 70 dias na prisão antes de exilar-se no Chile. Em seu exílio Paulo Freire escreveu seu livro mais célebre, *Pedagogia do Oprimido* (1968), e durante toda sua carreira acadêmica foi nomeado doutor *honoris causa* de 35 universidades em vários países e teve suas obras traduzidas para mais de 20 idiomas. Faleceu aos 75 anos em 1997 em função de um enfarte (FERRARI, 2008, n.p).

Em sua *magnum opus*, Freire explana acerca da essência da educação como uma prática libertadora com foco em uma prática educacional emancipatória para libertar o oprimido das amarras do opressor, transformando-o num sujeito autônomo e agente de sua própria história, essas premissas em muitos aspectos se aproxima de algumas reflexões do pensamento pós-colonial e decolonial, contudo, não podemos afirmar necessariamente que Freire pertença a essas correntes de pensamento embora as semelhanças epistemológicas sejam inegáveis. As semelhanças são primordialmente por ele focar seu trabalho nas dinâmicas de poder e na relação de dependência entre o oprimido e o opressor, ainda dando ênfase nas funções da escola e do sistema educacional, sua real área de atuação, e em como eles são utilizados como instrumentos para a consolidação da opressão (FREIRE, 1987).

Freire identifica no seu estudo algumas características dos oprimidos, como a dualidade existencial devido à introjeção do opressor na psique do oprimido e a inevitável devoção pelo opressor, assim como sua cultura, símbolos e modo de vida. Dentro da história da construção da sociedade brasileira ele exemplifica utilizando a analogia do senhor de engenho e do sujeito escravizado “para demonstrar como a classe opressora e a classe oprimida se constituem mutuamente e como a permanência de uma depende diretamente da outra para se manter”. Freire assinala a predominância do processo do *raciocínio dialético*¹¹

¹¹As premissas de Freire são de que os seres humanos são seres da práxis, ou seja, para ele “a verdadeira reflexão crítica origina-se e dialetiza-se na interioridade da práxis constitutiva do mundo humano” e quando o

para explicar a relação entre o opressor e o oprimido, em que os mesmos “encontram-se em uma relação de contradição” (PENNA, 2014, p. 183-184).

As duas classes (oprimido e opressor) são polos opostos e interdependentes em uma relação de contradição, antítese da qual se baseia num longo processo educacional e de socialização sustentados na estrutura opressora que internaliza no oprimido todos os mitos (eurocentrismo, modernidade, etc) e símbolos em uma espécie de “dominação cognitiva que sustenta a dominação material”. Freire denomina esse fenômeno como “invasão cultural” e na literatura pós-colonial e decolonial o mesmo fenômeno é denominado de “colonização do ser”. Todo esse movimento emancipatório tem como objetivo final a libertação física e psicológica por meio da revolução, muito embora nesta obra específica Freire enfoca mais “nos aspectos cognitivos de transformação da realidade” do que no processo revolucionário em si (PENNA, 2014, p. 190).

O projeto pedagógico que Paulo Freire desenvolveu durante toda sua trajetória visa fomentar a formação de uma percepção crítica da existência colonizada baseada na opressão e na problematização e questionamento do *status quo* vigente e como ele gera desigualdades e como por vezes é normalizado. Com isso, o real propósito da educação libertadora é desnaturalizar os paradigmas opressores vigentes na sociedade através da prática educacional do senso crítico, mostrando que o empoderamento desses sujeitos lhes darão instrumentos para questionar e desconstruir a estrutura opressora, que será percebida como passível de transformação, assim como toda configuração institucional estatal (PENNA, 2014, p. 190).

Paulo Freire na África

A obra de Freire converge em certa medida com alguns dos principais conceitos da matriz crítica do pensamento pós-colonial e decolonial, sobretudo no que tange a relação de submissão entre o oprimido/opressor e as dinâmicas das estruturas de poder colonial. Além da influência do marxismo presente em seu trabalho, Freire também dialoga com vários elementos recorrentes no pensamento dos pós-coloniais africanistas Frantz Fanon e Albert Memmi. Há também que se considerar que o contexto de guerras de independência nas colônias africanas, principalmente entre a década de 1960 e 1980, é o mesmo recorte histórico

oprimido “reencontrar-se como sujeito e liberar-se, é todo o sentido do compromisso histórico, o que a antropologia sugere que a práxis, se humana e humanizadora, é a prática da liberdade” (FREIRE, 1987, p. 8-9).

que influenciou Freire, conjuntura da qual ele viveu e produziu a maior parte de suas obras (PENNA, 2014, p. 189).

Ao considerarmos a importância do engajamento sócio-educacional de Paulo Freire e seu projeto político pedagógico de transformação de realidades e emancipação dos povos oprimidos é trivial mencionar seu engajamento nos países africanos no período pós-independências (MESQUIDA *et al.*, 2014, p. 96). Porém, antes é importante melhor salientar as diferenças e especificidades entre os processos de descolonização africano e latino americano (ponto de partida e origem do pensamento freiriano) de acordo com as características históricas de cada continente e como essas diferenças regionais tiveram implicações na sua aplicação (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p.122).

A descolonização da África foi um processo razoavelmente recente se comparados com a do continente americano, que perdurou por mais de três séculos, resultando numa homogeneidade linguística, sobretudo devido ao povoamento europeu e genocídio dos povos indígenas. Já no continente africano esse processo ocorreu de forma diferenciada. Muito embora a colonização da África tenha se iniciado desde o século XV, é somente no século XIX que ela se intensifica, consequências diretas da Partilha da África na Conferência de Berlim em 1884-85, portanto, essa diferença temporal é um fator chave para melhor compreender as consequências e legado da experiência colonial em cada continente (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 122).

Paulo Freire mantinha uma estreita relação e identificação com o continente africano e sua cultura, seu primeiro contato direto com a África ocorreu na Tanzânia em 1970, segundo relato dele mesmo na obra *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo* de 1978, ele sentia-se estreitamente ligado ao continente: “Faço esta referência para sublinhar quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez o chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava” (FREIRE, 1978, p. 9).

Inicialmente a sua ida ao continente africano ocorreu por intermédio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI)¹² a convite de Julius Nyerere, líder da independência da Tanganica e posteriormente presidente da Tanzânia, ele o convidou com o intuito de chamar Freire para participar do processo de construção e formulação de políticas educacionais para seu país.

¹²O Conselho Mundial de Igrejas (CMI; em inglês, *World Council of Churches*, WCC) é uma organização cristã inter-religiosa mundial, é a principal e mais ampla organização ecumênica moderna, fundada em 1948 é um movimento cujo objetivo é a unidade cristã mundial (WCC, 2019).

Nesse período de lutas pelas independências o cristianismo e algumas variantes do marxismo desempenharam um papel fulcral nas frentes de libertação nacional, principalmente nos países francófonos e lusófonos, em que o pensamento e a ação cristã, chamada de “Teologia da Libertação” apoiaram os movimentos emancipatórios africanos, tendo em vista que muitos líderes das independências tinham formação educacional baseada nesses princípios cristãos, inclusive Nyerere (MESQUIDA *et al.*, 2014, p. 101 e FAUNDEZ, 2012, p. 599).

Mas é somente na Guiné-Bissau que Freire realmente elabora uma reflexão verdadeiramente engajada no que se refere a pensar a função de uma educação libertadora no contexto dos países africanos. Isso ocorreu sobretudo pela influência do teórico marxista Amílcar Cabral, principal influenciador ideológico do processo de independência em Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Diferente da América Latina, em que o principal difusor do marxismo foram os partidos políticos de esquerda e os movimentos sindicais, no contexto africano esse papel foi feito pelos movimentos de libertação nacionais e por intelectuais, tais como Cabral (MESQUIDA *et al.*, 2014, p. 102).

A ascensão de movimentos de cunho ideológico marxista encontraram um terreno fecundo para teorias revolucionárias na África, e devido às condições vividas à época de escalada da Guerra Fria condicionaram ainda mais a luta em oposição à dominação colonial. As implicações desse fenômeno foi que o foco ficou na contenda contra o opressor e a dominação europeia ao invés de se concentrar no combate e superação dos mecanismos estruturais do sistema capitalista (MESQUIDA *et al.*, 2014, p. 101).

Durante toda sua trajetória no continente Freire teve contato com vários movimentos de libertação, sobretudo as frentes oriundas dos países de colonização portuguesa, como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Paulo Freire chegou em São Tomé e Príncipe em 1976 por indicação de Maria Amorim, ministra dos Negócios Estrangeiros e diplomata são-tomense de carreira, lá ele trabalhou com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) prestando assessoria no Ministério da Educação deste governo, experiência que lhe proporcionou vivência para redigir o estudo do *Segundo Caderno de Cultura Popular* (1978) (CHEMANE, 2017, p. 188).

É importante salientar que os movimentos de libertação dos países africanos colonizados por Portugal (MPLA, FRELIMO, MLSTP e PAIGC¹³) criaram uma organização de diálogo e integração, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP)¹⁴. Esse grupo tinha como objetivo a unificação de estratégias, parâmetros e metas de criação de uma visão comum de combate à colonização portuguesa, visando a construção de Estados independentes e autônomos da dependência colonial. Tal convergência de ideais era tão alinhada que não por coincidência no período pós independência todos esses países lusófonos adotaram um sistema político similar de partido único, socialista do tipo marxista-leninista (CHEMANE, 2017, p. 188).

O legado do pensamento freireano para os estudos africanos contemporâneos podem ser interpretado como uma melhor compreensão da libertação/liberdade como um exercício dialógico que pode ajudar a abrir uma via produtiva de crítica em relação à condição pós-colonial na África. Podendo assim se problematizar a lógica *top-down* na qual o desenvolvimento está atualmente sendo implementado no continente, pensando nas possibilidades de lutas mais participativas, democráticas e ascendentes por justiça social, defendendo uma abordagem *bottom-up* na implementação do desenvolvimento e democratização no continente (THOMAS, 2009, p. 253-254).

Em outras palavras, Freire contribui para a análise dos africanos como sujeitos ativos e agentes inovadores na escolha de seus próprios destinos, em vez de objetos passivos a serem influenciados. Não obstante, a posição desvantajosa da África dentro da estrutura do capitalismo global e como os efeitos duradouros do colonialismo tem impacto direto na realidade política, econômica, social, cultural e psicológica do povo africano. A vista disto, os ensinamentos de Paulo Freire oferecem justamente uma perspectiva e ponto de partida na análise do suposto “fracasso” de muitos Estados africanos dentro da conjuntura neoliberal da atualidade (THOMAS, 2009, p. 254).

Considerações Finais

¹³Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

¹⁴Organização que foi substituída em 1979 pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Tendo como referencial teórico as correntes de pensamento pós-colonial e decolonial essa pesquisa se propôs a traçar uma narrativa que identificasse e criticasse a relação antagônica bilateral que existe entre o colonizador (opressor) e o colonizado (oprimido), bem como suas relações de poder, apontando assim as discrepâncias deste complexo projeto de dominação. A partir disto, a análise se baseou num olhar crítico da manutenção das condições do colonizado buscando assim a emancipação completa de todos os tipos de opressão. O que os teóricos decoloniais chamam de “colonialidade do poder” é entendida justamente como a dominação das potências do norte em relação às periféricas no sul, ocorrendo através de uma hierarquização dos povos baseados na diferenciação por meio da raça, etnia, gênero, sexualidade e classe, tendo como principal objetivo o controle epistemológico desses povos e consequentemente o controle do trabalho, recursos e produção em prol do capital e do mercado mundial.

Os argumentos selecionados para embasar essa pesquisa e destrinchar a relação de poder entre o colonizador e o colonizado foram as formuladas pelos intelectuais Frantz Fanon, Albert Memmi e Paulo Freire respectivamente, cada um com uma abordagem e recorte específico. Frantz Fanon contribuiu para esse estudo com sua teoria enfocada num recorte racial e no impacto psicológico do racismo nos indivíduos oriundos dos países colonizados; Albert Memmi desvenda a psiquê do opressor e do oprimido relatando os efeitos e interiorizações resultantes desses conflitos sociais; e por fim Paulo Freire defende a ideia do papel e essência da educação como uma prática libertadora com foco em um exercício educacional emancipatória para libertar o oprimido das amarras do opressor, transformando-o num sujeito autônomo e agente de sua própria história.

Por fim, se tem em vista que as três perspectivas aqui apresentadas são complementares e foram articuladas de modo a servir de instrumento para uma melhor compreensão e desconstrução da complexa estrutura de dominação colonial. A vista disto, podemos melhor perceber as limitações desta pesquisa quanto a sua aplicabilidade a contextos mais específicos, muito embora quanto às questões relacionais, dinâmicas de poder e hierarquização entre o colonizador (opressor) e o colonizado (oprimido) pode-se notar uma série de padrões e regularidades comuns, o que possibilita um certo grau de generalização.

Referências bibliográficas

CÉSAIRE, Aimé. Discurso Sobre o Colonialismo. Prefácio de Mário de Andrade. Cadernos Livres n.15, 1955.

CHEMANE, Orlando Daniel. O que Paulo Freire ensinou na África ou o Segundo Caderno de Cultura Popular. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 4, n.7, p.182-208, jul./dez, 2017.

FANON, Frantz. Pele negra máscaras brancas.; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

FAUNDEZ, Antonio. Paulo Freire e sua influência na América Latina e na África. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 12, n. 36, p. 593-611, maio/ago, 2012.
<<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4663/4609>>.

FAUSTINO, Deivison Mendes. 20 de julho de 1925 nascia Frantz Fanon. Geledés, 2014.
<<https://www.geledes.org.br/20-de-julho-de-1925-nascia-frantz-fanon/>>.

_____. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. SER Social, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan.-jun, 2018.

FERRARI, Márcio. Paulo Freire, o mentor da Educação para a consciência. Nova Escola, 2008. <<https://novaescola.org.br/conteudo/460/mentor-educacao-consciencia#>>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. Cartas a Guiné Bissau: registros de uma experiência em processo. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

GORDON, Lewis R. What Fanon Said: a philosophical introduction to his life and thought. New York: Fordham University Press, 2015.

KOHN, Margaret; REDDY, Kavita. Colonialism. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.)

<<https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/colonialism/>>.

LIPPOLD, Walter Günther Rodrigues. O pensamento anticolonial de Frantz Fanon e a Guerra de Independência na Argélia. Monographia (FAPA) , v. 1, p. 1-20, 2005.

MEMMI, Albert. O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. La vie impossible de Frantz Fanon. Esprit, 39, nº.406, p. 248-273. 1971.

<<https://esprit.presse.fr/archive/review/article.php?code=29875>>.

MESQUIDA, Peri; PEROZA, Juliano e AKKARI, Abdeljalil. A contribuição de Paulo Freire à educação na África: uma proposta de descolonização da escola. Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 126, p. 95-110, jan.-mar, 2014. <<http://www.scielo.br/pdf/es/v35n126/06.pdf>>.

MIGNOLO, Walter D. Coloniality - The darker side of Western Modernity. In: The darker side of western modernity: global futures, decolonial options. Duke University Press, 2011.

OLIVEIRA, Érita R., SOUSA, Sidneia S. e GONÇALVES, Sileide N. B. Paulo Freire e a experiência alfabetizadora e educativa no contexto africanos: algumas considerações. EDUCERE, 2017. <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26033_13428.pdf>.

PENNA, Camila. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino americana. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas; Journal of Study and Research on the Americas, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana, p. 227-278. Buenos Aires: Clacso, 2005.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber.

ROSEVICS, Larissa (Orgs.). Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo, p. 187-192. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

THOMAS, David P. Revisiting Pedagogy of the Oppressed: Paulo Freire and Contemporary African Studies. Review of African Political Economy, p. 253-269, 2009.

U.S. Department of State. U.S. Relations With Liberia. 2019. <<https://www.state.gov/u-s-relations-with-liberia/>>.

WCC. What is the World Council of Churches? 2019. <<https://www.oikoumene.org/en/about-us>>.

WIKIPEDIA. Colonisation of Africa. 2019.
<https://en.wikipedia.org/wiki/Colonisation_of_Africa>.

YOUNG, Robert J. C. Postcolonialism: An Historical Introduction. Oxford: Blackwell, 2001.